

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	23
Balancos patrimoniais	27
Demonstrações dos resultados	28
Demonstrações dos resultados abrangentes	29
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	30
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	31
Demonstrações do valor adicionado	32
Notas explicativas às demonstrações financeiras	33

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "CCR ViaCosteira"), juntamente com as demonstrações financeiras, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,420 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 07 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

1.3 Destaques de 2021

No primeiro ano de concessão, a Companhia executou obras de restauração e recuperação da rodovia BR-101, realizou a implantação de quatro novas praças de pedágio ao longo da rodovia, iniciou o serviço de atendimento ao usuário, composto por bases operacionais e de atendimento, viaturas de inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar e socorro mecânico. Também foi concluída a revitalização da iluminação cênica do cartão postal de Laguna, a Ponte Anita Garibaldi. Foram implantados dispositivos de segurança ao longo de toda a concessão e realizada reforma na Polícia Rodoviária Federal de Paulo Lopes/SC.

Após a conclusão dos trabalhos iniciais e a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a Companhia iniciou, em 2 de maio de 2021, a cobrança da tarifa de pedágio nas quatro praças de pedágio localizadas nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul.

Em setembro de 2021, a Companhia recebeu o Prêmio Rodovias+Brasil no Fórum Brasil Export 2021, como reconhecimento do Ministério da Infraestrutura (Minfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) pela relevância dos investimentos, agilidade das obras e impactos positivos da gestão da concessionária na

BR-101 /SC. A Companhia concluiu os trabalhos iniciais em um prazo recorde de 7 meses, ou seja, o que era para ser entregue em um prazo de 12 meses foi finalizado 5 meses antes do previsto. Houve recuperação do pavimento, onde foram aplicadas mais de 100 mil toneladas de massa asfáltica, recuperadas 204 obras de arte especiais entre pontes, viadutos e passagens inferiores. Além da renovação de toda a sinalização vertical e horizontal, com implantação de mais de 3 mil novas placas, implantação de dispositivos de segurança viária e revitalização de toda a iluminação já existente com instalação de mais de 8 mil lâmpadas led. As equipes também realizaram trabalhos de manutenção e conservação da rodovia, através de roçada, capina, limpeza geral das pistas com retirada de resíduos, desobstrução e recuperação dos sistemas de drenagem, como bueiros, sarjetas e canaletas.

Abaixo os principais destaques financeiros da Companhia, obtidos em 2021. Como o início da cobrança de pedágio foi em 2021, não é possível apresentar um comparativo com o ano anterior.

Valores em R\$ Mil	2021	2020
Receita líquida operacional (a)	100.269	-
EBIT ajustado	46.453	(6.455)
Margem EBIT (ajustado) (b)	46%	0%
EBITDA (ajustado) (c)	52.569	(6.455)
Margem EBITDA (ajustado) (b)	52%	0%
Lucro líquido	60.039	(1.180)

- a) A receita líquida operacional é composta pela receita de pedágio e outras receitas, excluída a receita de construção.
- b) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.
- c) Calculados de acordo com a Instrução CVM n° 527/12.

1.4 Volume de tráfego

A arrecadação da tarifa de pedágio iniciou em 2 de maio de 2021 nas 4 praças de pedágio com cobrança bidirecional nos municípios de Laguna, Tubarão, Araranguá e São João do Sul. Não há dados do mesmo período de 2020 para comparação.

Em Unidades	2021
Veículos leves	19.341.769
Veículos pesados (Veq1)	32.949.723
Total Veículos Equivalentes (Veq1)	52.291.492

1) Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Desempenhos

As operações da Companhia tiveram início em 07 de fevereiro de 2021. Já no primeiro ano de concessão a Companhia obteve resultados positivos e EBITDA de R\$ 52.569.

Em 2021, ainda com reflexo de crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19, a Companhia passou a operar integralmente as quatro praças de pedágio previstas no contrato de concessão, resultando em 2021 em um lucro líquido de R\$60.039.

Em R\$ mil	2021	2020
Receita líquida	317.607	118.202
Receita de pedágio	109.884	-
Receita de construção (ICPC 01 R1)	217.338	118.202
Outras receitas	2	-
(-) Deduções da receita bruta	(9.617)	-
(-) Custos e despesas (a)	(271.154)	(124.657)
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(217.338)	(118.202)
Demais custos e despesas	(53.816)	(6.455)
Resultado bruto	46.453	(6.455)
(+/-) Resultado financeiro líquido	29.425	4.622
(-) Imposto de renda e contribuição social	(15.839)	653
Lucro líquido	60.039	(1.180)
(-) Resultado financeiro líquido	(29.425)	(4.622)
(+) Imposto de renda e contribuição social	15.839	(653)
EBIT (b)	46.453	(6.455)
Margem EBIT	46,3%	0,0%
Margem EBIT ajustada (c)	46,3%	0,0%
(+) Depreciação/amortização	6.116	-
EBITDA (b)	52.569	(6.455)
Margem EBITDA	16,6%	-5,5%
Margem EBITDA ajustada (c)	52,4%	0,0%
Investimentos (d)	(261.490)	(96.418)
Veículos equivalentes (em milhares)	52.291	-

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

(d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2021 e 2020, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 02 de maio de 2021 a 01 de maio de 2022, o valor da Tarifa Básica de Pedágio – TBP determinada pelo referido órgão era de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos), conforme deliberação nº N° 151, de 20 de abril de 2021.

Em 2021, o total de veículos pedagiados foi de 27.291.081 ou 52.291.492 em veículos equivalentes bidirecionais nas 4 praças de pedágio.

A Receita Operacional da Companhia em 2021, considerando a Receita de Pedágio e a Receita de Construção, totalizou R\$ 327.224. Em 2020, a receita de construção totalizou R\$ 118.202.

Valores em R\$ Mil	2021	2020	Δ%
Receita de pedágio	109.884	-	100,0%
Receita de construção	217.338	118.202	83,9%
Receitas acessórias	2	-	100,0%
Receita bruta total	327.224	118.202	176,8%

Receita de construção: No ano 2021 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 83,9% em relação ao ano anterior, devido ao cronograma de investimentos dos trabalhos iniciais estabelecidos no contrato de concessão.

2.2.1 Custos e despesas totais

Os custos e despesas operacionais totais em 2021 foram de R\$271.154, dos quais R\$ 53.816 são custos operacionais e R\$ 217.338 são custos de construção.

Valores em R\$ Mil	2021	2020	Δ%
Custo de construção	(217.338)	(118.202)	84%
Custos e despesa com pessoal (b)	(16.334)	(2.426)	573%
Materiais equipamentos e veículos	(5.378)	(361)	1390%
Serviços de terceiros	(20.982)	(1.943)	980%
Gastos gerais (c)	(6.438)	(969)	564%
Custos capitalizados (a)	9.299	2.410	286%
Custos contratuais (d)	(7.867)	(3.166)	148%
Depreciação e amortização	(6.116)	-	100%
Total custos e despesas	(271.154)	(124.657)	117,5%

- (a) O atendimento aos usuários da rodovia iniciou em fevereiro de 2021. No entanto, a receita de pedágio teve início em maio de 2021. Dessa forma, todos os custos operacionais incorridos no período anterior à cobrança de pedágio, foram capitalizados a título de operação antecipada.
- (b) Considerado o valor de R\$5.420 referente a custos capitalizados.
- (c) Considerado todos os gastos gerais com Campanhas publicitárias e eventos, gastos com viagens e estadias, leis de incentivos, lei Rouanet e outros, energia elétrica, telefonia, aluguéis, entre outros.
- (d) Considerado todos os custos com poder concedente como seguro rodovia, seguro garantia, riscos operacionais, verba Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (RDT) e verba de fiscalização.

Custo de construção: No ano 2021 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 84% que o ano anterior, devido ao cronograma de investimentos dos trabalhos iniciais estabelecidos no contrato de concessão e demais obras do primeiro ano de concessão, tais como construção das praças de pedágio, recuperação do pavimento, revitalização de sinalização horizontal e vertical, recuperação de dispositivos de segurança, obras de arte corrente, terraplenos, construção de quatro bases operacionais na BR-101/SC.

Custo e despesas com pessoal: No ano 2021, com o início da operação, foram contratados 303 profissionais alocados na operação da companhia.

Materiais, equipamentos e veículos: Os principais custos de materiais e equipamentos foram utilizados na conservação da rodovia, nos postos de atendimento ao usuário, utilizados na inspeção da rodovia, no socorro mecânico nos veículos dos usuários, combate ao incêndio, apreensão de animais e nas praças de pedágio.

Serviços de terceiros: O aumento expressivo em 2021 é decorrente dos serviços de atendimento aos usuários, que iniciou em fevereiro de 2021, dos quais os principais são os serviços terceirizados do atendimento pré-hospitalar, da manutenção e conservação da rodovia, dos postos de atendimento e das praças de pedágio.

Gastos gerais e outros custos: Os principais custos operacionais são relacionados à energia elétrica da iluminação viária da rodovia, bases operacionais, praças de pedágio, passarelas, túneis e marginais.
(-) Custos Capitalizados: Corresponde ao total dos custos operacionais incorridos antes da receita de arrecadação de pedágio, tais como, mão de obra, serviços de atendimentos médico e mecânico, energia elétrica, etc.

Custos Contratuais: São obrigações estabelecidas no contrato de concessão, dentre elas, podemos destacar em 2021, a verba de fiscalização paga mensalmente à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e os diversos seguros incorridos, tais como, o seguro patrimonial (*all risks*), o seguro de risco de engenharia das obras em execução, os seguros de responsabilidade civil e garantia.

Depreciação e amortização: A Companhia iniciou a depreciação e amortização em maio de 2021, após a conclusão das obras e investimentos dos trabalhos iniciais, e início da arrecadação do pedágio.

2.2.2 EBITDA e EBIT

O início da arrecadação com a tarifa de pedágio foi em 02 de maio de 2021, dessa forma, não é possível comparar as margens EBITDA e EBIT entre os exercícios de 2021 e 2020.

Reconciliação do EBITDA Ajustado

Valores em R\$ Mil	2021	2020	Δ%
Lucro líquido	60.039	(1.180)	(5188%)
(+) IR/CS	15.839	(653)	(2526%)
(+) Resultado financeiro	(29.425)	(4.622)	537%
(+) Depreciação e amortização	6.116	-	100%
EBITDA	52.569	(6.455)	(914,39%)
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>17%</i>	<i>(5%)</i>	<i>22%</i>
EBITDA ajustado	52.569	(6.455)	(914,39%)
<i>Margem EBITDA ajustada (b)</i>	<i>52%</i>	<i>0%</i>	<i>52%</i>

Reconciliação do EBIT

Valores em R\$ Mil	2021	2020	Δ%
Lucro líquido	60.039	(1.180)	(5188,05%)
(+) IR/CS	15.839	(653)	(2525,57%)
(+) Resultado financeiro	(29.425)	(4.622)	536,63%
EBIT	46.453	(6.455)	(819,64%)
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>15%</i>	<i>(5%)</i>	<i>20%</i>
EBIT Ajustado	46.453	(6.455)	(819,64%)
<i>Margem EBIT Ajustada (c)</i>	<i>46%</i>	<i>0%</i>	<i>46%</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

(b) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

2.2.4 Resultado financeiro líquido

Valores em R\$ Mil	2021	2020	Δ%
Despesas financeiras	(210)	(6)	3400,00%
Taxas e comissões	(149)	(6)	2383,3%
Outras despesas financeiras	(61)	-	100,0%
Receitas financeiras	29.635	4.628	540,34%
Rendimento sobre aplicações financeiras	29.632	4.628	540,3%
Juros e outras receitas financeiras	3	-	100,0%
Resultado financeiro líquido	29.425	4.622	536,63%

O resultado financeiro líquido da Companhia, em 2021 e 2020, é decorrente dos rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo aumento da taxa CDI, com os recursos dos aportes dos acionistas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Os aportes ocorreram em junho de 2020 no valor de R\$ 451.657, e em fevereiro de 2021 no valor de R\$ 529.284.

2.2.5 Investimentos

Em 2021, os investimentos realizados totalizaram 232.467 milhões, um acréscimo de 69% em relação a 2020, pois a concessão iniciou em agosto de 2020. Os trabalhos iniciais e as praças de pedágio foram entregues em 2021. Em 2021 destacamos a entrega de 4 Praças de Pedágio nos kms 298+660, 344+700, 404+550 e 454+530, e a conclusão dos trabalhos iniciais, compostos por obras de restauração de pavimento, revitalização de sinalização horizontal e vertical, recuperação de dispositivos de segurança, obras de arte corrente, terraplenos e implantação de cercas ao longo de todo o trecho concedido. Encontram-se em andamento a implantação de dispositivos de proteção e segurança, 1ª intervenção em obras de artes especiais e restauração de pavimento ao longo de todo trecho concedido. Também temos a implantação de 4 bases operacionais nos kms 268 Sul, 306 Norte, 354 Sul, 448 Norte previsto para entrega em fevereiro de 2022.

Investimentos (R\$ mil)	2021	2020
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's/ PGFs	51.654	48.401
Serviços no Pavimento	4.520	44
Trabalhos Iniciais	115.958	54.838
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	15.135	-
Obras de Arte Especiais	4.750	152
Meio Ambiente e Desocup. Fx de Domínio	449	522
Obras de Ampliação de Capacidade	4.751	160
Restauração de Taludes	4.076	24
Monitoração	84	-
Equipamentos e outros	29.431	37.341
Capitalizações	9.299	2.410
Total	240.105	143.892

Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período.

2.2.6 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária em 2021 foi de R\$ 67.672 representando 67,49% da Receita operacional líquida respectivamente.

2.2.7 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 29 de novembro de 2021, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 10.843 referente aos lucros apurados entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2021 e juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 17.588. Em 23 de dezembro de 2021, também foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 11.118 referente ao resultado *pro rata die* de 01 de janeiro a 15 de dezembro de 2021.

2.2.8 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas com maior crescimento econômico do Brasil, com a menor taxa de desemprego do país e o 6º maior PIB entre os estados brasileiros, impulsionado pelo setor de serviços (68%), indústria (26%) e agropecuária (6%).

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.2.9 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária iniciou em 2021 a implantação de três importantes sistemas de gestão: ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária. Na busca da certificação das ISOs 9.001 e 14.001 e conformidade para a ISO 39.001, já em 2021, foi desenvolvido o mapeamento de processos, a elaboração de procedimentos e a definição de estrutura para o Sistema de Gestão Integrado.

2.2.10 Recursos Humanos

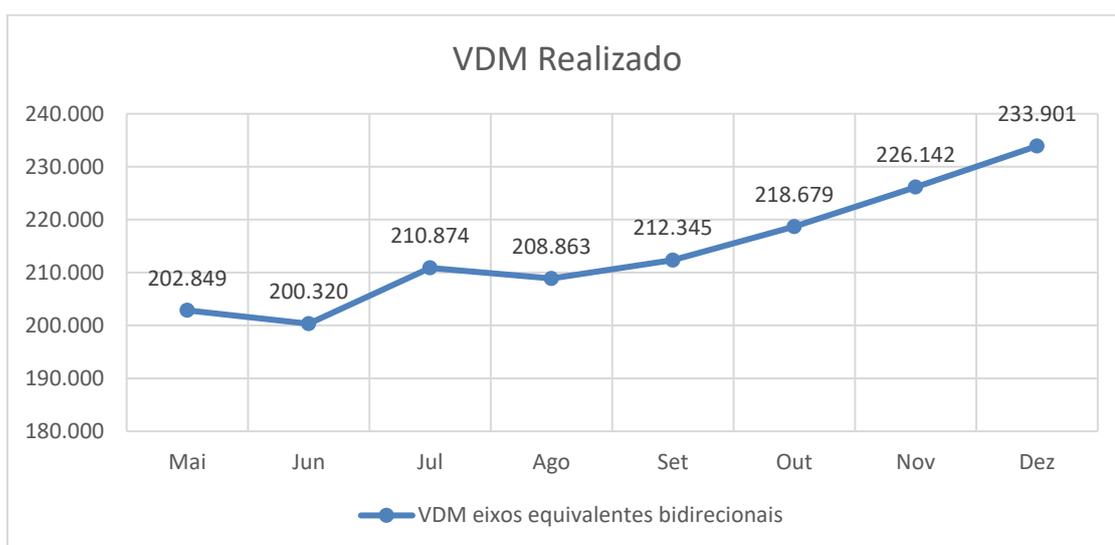
A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 303 pessoas de forma direta, das quais, 245 pessoas foram contratadas em 2021, ainda no primeiro ano da Concessão.

3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

A Companhia iniciou a cobrança de tarifa de pedágio no dia 02 de maio de 2021 em quatro praças diferentes: Laguna (km 298), Tubarão (km 344), Araranguá (km 405) e São João do Sul (km 457). No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 214.309.



3.2 Segurança no Trânsito

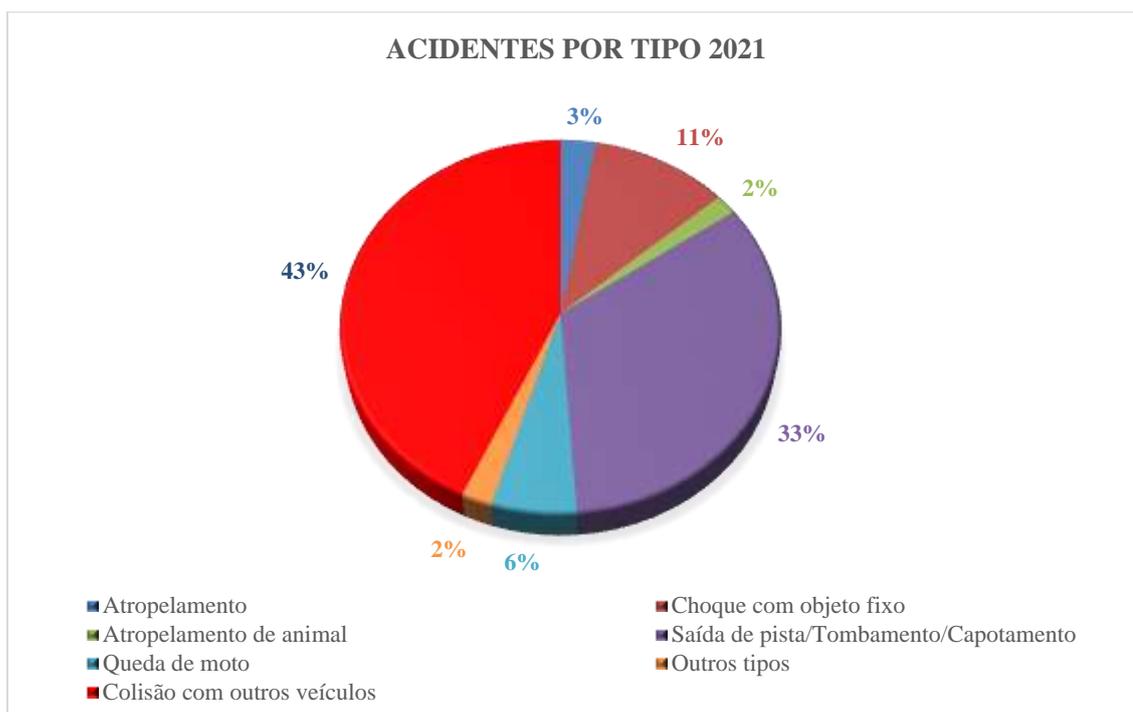
3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido a partir de 07 de fevereiro de 2021, que foi o início do atendimento médico e mecânico na Companhia. Estes percentuais estão classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício de 2021.

Percentual de acidentes por gravidade em 2021

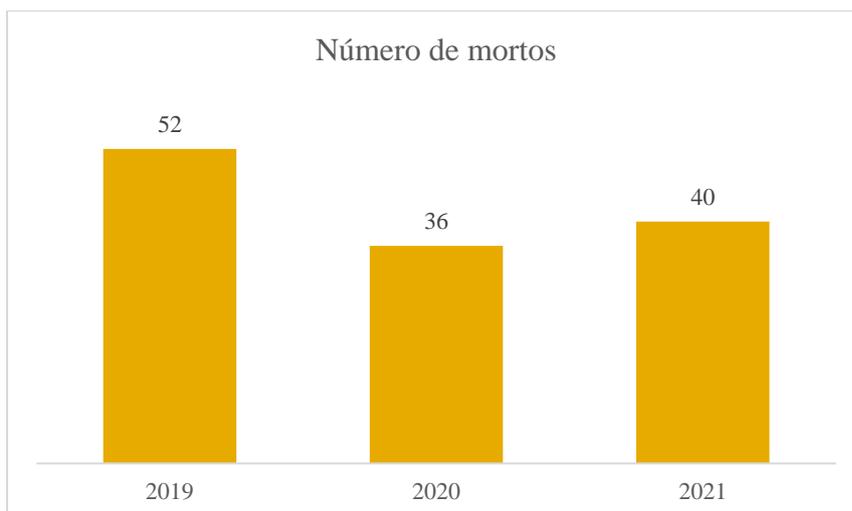


Percentual de acidentes por tipo em 2021



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Para a comparação do número de mortos, utilizamos os dados da Polícia Rodoviária Federal, já que o atendimento ao usuário se iniciou em 07 de fevereiro de 2021. Observando os dados temos um aumento em relação a 2020, porém isso ocorreu devido ao impacto da pandemia no ano anterior. Quando comparamos os mesmos dados com 2019 notamos uma redução de 23%.



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (220 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão.

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	6	0,15
Guincho leve	3	0,08
Guincho pesado	2	0,05
Ambulância tipo C	4	0,10
Ambulância tipo D	2	0,05
Supervisão	1	0,03
Pipa	2	0,05
Munck	2	0,05
Caminhão boiadeiro	2	0,05
BobCat	2	0,05
Total de veículos operacionais	26	0,65
Administração	31	0,78
Pedágio	1	0,03
Segurança de trabalho	1	0,03
Manutenção	3	0,08
Total de veículos de apoio	62	1,55
Total	88	40,00

No exercício de 2021, foram registrados 21.324 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaCosteira).

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Gestor Administrativo e Contrato	1	0,05
Conservação	4	0,19
CCO (Centro de Controle Operacional)	21	0,98
Engenharia	19	0,89
TI	8	0,37
Administrativo	22	1,03
Tráfego	38	1,77
Arrecadação	190	8,87
Total Geral	303	14,14

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do exercício atual, início da sua concessão.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2021, e o acumulado contempla o mesmo valor desde o início da concessão em 06 julho de 2020.

3.4.1 Receita (em R\$ mil)

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2021	Acumulado
Receitas de pedágio	109.884	109.884
Receitas acessórias	2	2
Total das receitas	109.886	109.886

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2021	Acumulado
Adição do intangível	229.445	358.174
Aquisição de imobilizado	10.660	25.823
Total dos investimentos	240.105	383.997

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

Abaixo demonstramos a cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2021	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	44.473	48.552
Despesas Operacionais	9.893	12.269
Total Custos e Despesas Operacionais	54.366	60.821

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2021	Acumulado
Pedágio	5.396	5.396
ISS Total	5.396	5.396

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 2,10 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Araranguá	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05
Laguna	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05
São João do Sul	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05
Tubarão	2,10	2,10	4,20	3,15	4,20	6,30	8,40	10,50	12,60	14,70	16,80	18,90	21,00	1,05

Concessionária em números

Dados anuais	VIACOSTEIRA	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	220	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	27.291.081	
Veículos leves	18.880.307	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Motos	688.247	
Caminhões e ônibus	7.722.527	
Veículos isentos	288.495	
Número de praças de pedágios	4	
Tarifa	2,1	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	220	Quilômetros por ano

Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	214.309	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário		Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VDR \geq 47 para BR-101/SC	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	109.812	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	6.116	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	621.072	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	1.204.430	
Série Histórica dos Investimentos	382.533	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	303	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	267	
Administrativo	36	
Despesas de Pessoal	10.914	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	9.381	
Administrativo	1.533	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	5.061	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	472	
Outras Despesas	1.723	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	1913	
Acidentes c/ vítimas feridas	661	
Acidentes s/ vítimas	1221	
Acidentes c/ mortos	31	
Vítimas feridas	908	
Mortos	33	

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 2,10	Considerado receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 1,04	Considerado custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balço social

	2021
Faturamento bruto	327.224
Receita líquida (RL)	317.607
Resultado operacional (RO)	46.453
Folha de pagamento bruta (FPB)	13.519

Indicadores sociais internos

	2021	% Sobre FPB - 2021	% sobre RL - 2021
Alimentação	1.410	10,43%	0,44%
Encargos sociais	4.114	30,43%	1,30%
Previdência Privada	118	0,87%	0,04%
Saude	1.245	9,21%	0,39%
Capacitação e desenvolvimento profissional	187	1,38%	0,06%
Creches ou auxílio creches	59	0,44%	0,02%
Participação dos lucros ou resultados	1.136	8,40%	0,36%
Outros	1.167	8,63%	0,37%
Total - Indicadores Sociais Internos	9.436	69,80%	2,97%

Indicadores sociais externos

	2021	% Sobre FPB - 2021	% sobre RL - 2021
Tributos (exceto encargos sociais)	21.605	159,81%	6,80%
Total - Indicadores sociais externos	21.605	159,81%	6,80%

Indicadores ambientais

	2021
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	1.153
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	0
Total de investimentos em meio ambiente	1.153

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- Não possui metas
 Cumpre de 0 a 50%
 Cumpre de 50 a 75%
 Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional

	2021
Nº de colaboradores ao final do período	303
Tempo de serviço	
até seis meses	54,79%
de seis meses a um ano	26,07%
entre um e dois anos	17,16%
entre dois e cinco anos	0,66%
mais de cinco anos	1,32%
Nº de admissões durante o período	245
Nº de demissões durante o período	151
Nº de colaboradores terceirizados	0
Nº de estagiários (as)	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	3
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	60

Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	196
Nº de colaboradores acima de 45 anos	44
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	385
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0
Remuneração paga a mulheres no período	225.329
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	11
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	0
Total de horas extras trabalhadas	2.862
Total de INSS pagos	2.077
Total de FGTS pago	528
Total de ICMS recolhidos no período	0
Total de IR recolhido no período	12.846
Total de CSLL recolhido no período	4.709
Total de PIS recolhidos no período	721
Total de COFINS recolhidos no período	3.329
Total de outros tributos recolhidos no período	5.396

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

2021

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária

5,4%

Número total de acidentes de trabalho

9

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

- () direção
 direção e gerencias
() todos os colaboradores

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

- direção e gerencias
() todos os colaboradores
() todos + CIPA

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

- () não se envolve
 segue as normas da OIT
() incentiva as normas da OIT

A previdência privada contempla:

- () direção
() direção e gerencias
 todos os colaboradores

A participação nos lucros ou resultados contempla:

- () direção
() direção e gerencias
 todos os colaboradores

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

- () não são considerados
() são sugeridos
 são exigidos
() não se envolve

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

- () apoia
 organiza e incentiva

	2021
% de reclamações e críticas solucionadas:	97%
Valor adicionado total a distribuir	97.307
Distribuição do Valor Adicionado	
% governo	28%
% acionistas	62%
% colaboradores	9%
% terceiros	1%
% retido	0%

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Concessionária possui Conselho de Administração e é administrada por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as Concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e EGS e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo:

www.ccr.com.br/ri

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte.

Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

4.5 Destaques do exercício

Como principal destaque em 2021, no primeiro ano de operação da Companhia, tivemos a conclusão da implantação das 4 praças de pedágio e antecipação do início da arrecadação. A Companhia concluiu os trabalhos iniciais em um prazo recorde de 7 meses, ou seja, o que era para ser entregue em um prazo de 12 meses foi finalizado 5 meses antes do previsto.

Como reconhecimento de toda essa agilidade das obras e impactos positivos da gestão da concessionária na BR-101 /SC, em setembro de 2021 a Companhia recebeu o Prêmio Rodovias+Brasil

no Fórum Brasil Export 2021, pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em agosto de 2021, a Companhia iniciou a execução de três bases operacionais e de atendimento ao usuário definitivas na BR-101/SC. São elas: BSO02 – km 268, BSO03 – km 306, BSO06 - km 448. Também deu continuidade a execução dos serviços de recuperação de pavimento flexível, restauração e melhorias de OAEs e terraplenos, Implantação de Elementos de Proteção e Segurança (Anti ofuscante) a pedido ANTT em locais não previstos no PER e Recuperação na Ponte de Laguna, trecho incluído ao contrato de concessão, a pedido da ANTT.

4.4 Considerações Finais

4.4.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.4.2 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”), emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

4.4.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.4.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Tubarão, 28 de março de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.**

Tubarão – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão	
Veja as Notas 2 (e), 2(l) e 11 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 220.559 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura. - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Balances patrimoniais
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	84.568	120.852	Fornecedores	12	10.687	43.215
Aplicações financeiras	6	536.504	225.687	Fornecedores - partes relacionadas	9	1.346	1.053
Contas a receber	7	9.399	-	Imposto de renda e contribuição social		4.067	1.015
Contas a receber - partes relacionadas	9	13	260	Impostos e contribuições a recolher		2.427	1.994
Tributos a recuperar		6.155	983	Obrigações sociais e trabalhistas		2.938	893
Despesas antecipadas e outros		1.183	1.100	Passivo de arrendamento	13b	334	-
				Obrigações com o poder concedente		464	436
				Outras contas a pagar		675	-
Total do ativo circulante		637.822	348.882	Total do passivo circulante		22.938	48.606
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	12	1.005	-
Impostos diferidos	8b	3.902	2.186	Passivo de arrendamento	13b	236	-
Depósitos judiciais		173	-				
		4.075	2.186	Total do passivo não circulante		1.241	-
Imobilizado	10	32.941	15.678	Patrimônio líquido			
Intangível	11	279.011	5.946	Capital social	14a	980.941	451.657
Infraestrutura em construção	11	70.033	126.391	Reservas de lucro	14 (b) e (c)	19.310	-
Direito de uso em arrendamento	13a	548	-	Prejuízos acumulados		-	(1.180)
Total do ativo não circulante		386.608	150.201	Total do patrimônio líquido		1.000.251	450.477
Total do ativo		1.024.430	499.083	Total do passivo e patrimônio líquido		1.024.430	499.083

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	317.607	118.202
Custos operacionais			
Custo de construção		(217.338)	(118.202)
Serviços		(15.921)	-
Custo com pessoal		(14.801)	-
Custo com o poder concedente		(7.867)	-
Depreciação e amortização	10, 11 e 13	(5.012)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(4.906)	-
Custos capitalizados		9.299	-
Outros		(5.265)	-
		<u>(261.811)</u>	<u>(118.202)</u>
Lucro bruto		55.796	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(1.533)	(726)
Serviços		(5.061)	(1.943)
Custo com o poder concedente		-	(2.095)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(410)	(62)
Materiais, equipamentos e veículos		(472)	(402)
Depreciação e amortização	10, 11 e 13	(1.104)	-
Gastos com viagens e estadias		(149)	(63)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(275)	-
Outros		(889)	(1.164)
		<u>(9.893)</u>	<u>(6.455)</u>
Outros resultados operacionais		550	-
Resultado antes do resultado financeiro		46.453	(6.455)
Resultado financeiro	16	<u>29.425</u>	<u>4.622</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		75.878	(1.833)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8	<u>(15.839)</u>	<u>653</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		60.039	(1.180)
Lucro (prejuízo) líquido por ação	14f	0,06673	(0,00451)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	60.039	(1.180)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>60.039</u></u>	<u><u>(1.180)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		(Prejuízos) lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros		
Subscrição e integralização de capital em 12 de março de 2020		10	-	-	-	-	10
Aumento de capital social em 23 de abril de 2020		991.022	(991.022)	-	-	-	-
Integralização capital social 03 junho de 2020		-	5.000	-	-	-	5.000
Integralização capital social 08 junho de 2020		-	446.647	-	-	-	446.647
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(1.180)	(1.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		991.032	(539.375)	-	-	(1.180)	450.477
Integralização de capital social em 25 de fevereiro de 2021	14a	-	529.284	-	-	-	529.284
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.039	60.039
Destinações:							
Reserva legal	14b	-	-	2.943	-	(2.943)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 29 de novembro de 2021	14d	-	-	-	-	(10.843)	(10.843)
Juros sobre capital próprio em 29 de novembro de 2021 (líquido)	14e	-	-	-	-	(14.950)	(14.950)
Juros sobre capital próprio em 29 de novembro de 2021 (IRRF)	14e	-	-	-	-	(2.638)	(2.638)
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2021 (líquido)	14e	-	-	-	-	(9.450)	(9.450)
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2021 (IRRF)	14e	-	-	-	-	(1.668)	(1.668)
Reserva de retenção de lucros	14c	-	-	-	16.367	(16.367)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		991.032	(10.091)	2.943	16.367	-	1.000.251

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	60.039	(1.180)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.716)	(2.186)
Depreciação e amortização	5.724	-
Baixa do ativo imobilizado e intangível	390	-
Reversão do ajuste a valor presente arrendamento mercantil	61	-
Depreciação - arrendamento mercantil	392	-
Rendimento de aplicação financeira	3.014	-
	<u>7.865</u>	<u>(2.186)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(9.399)	-
Contas a receber - partes relacionadas	247	(260)
Tributos a recuperar	(5.172)	(983)
Despesas antecipadas e outras	(256)	(1.100)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(31.523)	39.092
Fornecedores - partes relacionadas	293	1.053
Obrigações sociais e trabalhistas	2.045	893
Impostos e contribuições a recolher	16.840	3.527
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(13.355)	(518)
Obrigações com o poder concedente	28	-
Outras contas a pagar	675	436
	<u>28.327</u>	<u>38.774</u>
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>28.327</u>	<u>38.774</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(10.660)	(15.163)
Adições ao ativo intangível	(229.445)	(128.729)
Outros de ativo imobilizado	21	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(313.831)	(225.687)
	<u>(553.915)</u>	<u>(369.579)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(553.915)</u>	<u>(369.579)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(39.549)	-
Arrendamento mercantil		
Pagamentos de principal	(431)	-
Integralização de capital	529.284	451.657
	<u>489.304</u>	<u>451.657</u>
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	<u>489.304</u>	<u>451.657</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(36.284)</u>	<u>120.852</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	120.852	-
No final do exercício	84.568	120.852
	<u>(36.284)</u>	<u>120.852</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstrações dos valor adicionados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Receita de construção	217.338	118.202
Receita de pedágio	109.884	-
Receita acessória	2	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção	(217.338)	(118.202)
Custo com o poder concedente	-	(2.095)
Custos dos serviços prestados	(28.861)	(1.543)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.237)	(2.017)
Valor adicionado bruto	<u>73.788</u>	<u>(5.655)</u>
Depreciação e amortização	(6.116)	-
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>67.672</u>	<u>(5.655)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	29.635	4.628
Valor adicionado total a distribuir	<u>97.307</u>	<u>(1.027)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	4.535	(78)
Benefícios	3.580	268
FGTS	528	101
Outras	194	21
Tributos		
Federais	22.002	(239)
Estaduais	43	-
Municipais	5.396	-
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	186	6
Aluguéis	804	74
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) retido do exercício	<u>60.039</u>	<u>(1.180)</u>
	<u>97.307</u>	<u>(1.027)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 7 de agosto de 2050, composto pela rodovia BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

A Companhia foi constituída em 11 de março de 2020 e iniciou suas operações, como os serviços de atendimento aos usuários em 07 de fevereiro de 2021.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 02 de maio de 2021 em quatro praças ao longo da rodovia BR-101, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de maio.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia e suas subsidiárias. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda estão vigentes:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

d) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

e) *Ativos intangíveis*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada (curva de tráfego).

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “m”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros, gastos de despesas bancárias e IOF.

i) Benefícios a empregados

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

k) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

l) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº18 com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

m) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

n) Arrendamento mercantil

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "imobilizado".

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

o) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de Santa Catarina e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

p) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional

q) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
 - b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
 - c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.
- r) Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16) após 30 de junho de 2021;
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020;

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 28 de março de 2022 foi autorizada pelo Conselho da administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 21 Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 11 Intangível e infraestrutura em construção
- 17 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Caixa e bancos e Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao poder concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6 e 17.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Fornecedores	10.687	648	205	152
Fornecedores - partes relacionadas	1.346	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	464	-	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	1.686	94
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	82.882	120.758
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>84.568</u>	<u>120.852</u>

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	536.504	225.687
Total - Aplicações financeiras	<u>536.504</u>	<u>225.687</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 113,92% do CDI, equivalente a 5,01% a.a. (102,00% do CDI, equivalente a 2,82% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	9.379	-
Receitas acessórias (b)	20	-
	<u>9.399</u>	<u>-</u>

Idade de vencimento dos títulos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Crédito a vencer	9.399	-
	<u>9.399</u>	<u>-</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (b) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstas nos contratos de concessão.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	75.878	(1.833)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(25.799)	623
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(36)	(8)
Juros sobre capital próprio	9.760	-
Incentivos relativos ao imposto de renda	211	19
Outros ajustes tributários	25	19
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(15.864)</u>	<u>653</u>
Impostos correntes	(17.555)	(1.533)
Impostos diferidos	1.716	2.186
	<u>(15.839)</u>	<u>653</u>
Alíquota efetiva do imposto	<u>20,87%</u>	<u>35,62%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2020</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2021</u>	
			<u>Valor líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	14	371	385	385
Despesas pré-operacionais (a)	2.172	1.271	3.443	3.443
Tributos com exigibilidade suspensa Pis e Cofins	-	66	66	66
Arrendamento mercantil	-	8	8	8
Imposto diferido líquido ativo	<u>2.186</u>	<u>1.716</u>	<u>3.902</u>	<u>3.902</u>

	<u>2019</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>2020</u>	
			<u>Valor líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	14	14	14
Despesas pré-operacionais (a)	-	2.172	2.172	2.172
Imposto diferido líquido ativo	<u>-</u>	<u>2.186</u>	<u>2.186</u>	<u>2.186</u>

- (a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré operacionais irão realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2021		2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Ativo	Passivo
Controladora			Contas a receber	Fornecedores
CCR	2.303 (a)	-	1 (d)	1.064 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	1.817 (b)	3.199 (c)	-	-
Instituto CCR	105 (f)	-	-	-
ViaSul	4 (d)	-	12 (d)	282 (d)
Intercement Brasil	-	51 (e)	-	-
Total	4.229	3.250	13	1.346

	Transações		Saldos	
	2020		2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Outras contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	956 (a)	-	-	179 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	641 (b)	1.737 (c)	-	454 (b)
Cor	-	-	8 (d)	3 (d)
MSVia	-	-	27 (d)	9 (d)
RDN	-	-	43 (d)	22 (d)
ViaSul	-	-	182 (d)	213 (d)
Intercement Brasil	-	1.982 (e)	-	173 (e)
Total	1.597	3.719	260	1.053

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da parte relacionada Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A – (ViaSul), nos montantes pagos de R\$ 1.768 (R\$3.923 em 2020) e a pagar de R\$ 1.381 (R\$ 192 em 2020).

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS (*Global Business Services*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços, suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CCR – GBS (*Global Business Services*), cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Contrato de prestação de serviços de gerenciamento de obras executados pela CCR – GBS (*Global Business Services*);
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Aquisição de cimento a granel para base das praças de pedágio; e
- (f) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		-	-	-	546	-	546
Máquinas e equipamentos		-	-	-	2.767	-	2.767
Veículos		-	-	-	5.926	-	5.926
Equipamentos operacionais		-	-	-	18.344	-	18.344
Imobilizado em andamento		15.678	10.660	(5)	(18.594)	(21)	7.718
Total custo		15.678	10.660	(5)	8.989	(21)	35.301
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	-	(38)	-	-	-	(38)
Máquinas e equipamentos	13	-	(173)	-	-	-	(173)
Veículos	25	-	(1.276)	-	-	-	(1.276)
Equipamentos operacionais	10	-	(871)	-	(2)	-	(873)
Total depreciação		-	(2.358)	-	(2)	-	(2.360)
Total geral		15.678	8.302	(5)	8.987	(21)	32.941

	2019	2020	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Imobilizado em andamento	-	15.678	15.678
Total custo	-	15.678	15.678

- (a) Reclassificação entre ativo imobilizado e o intangível; e
- (b) Refere-se a recebimento de sinistros.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível e infraestrutura em construção

	2020		2021		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	710	4.227	(348)	274.290	278.879
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	-	-	412	412
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	5.236	4.619	(37)	(6.734)	3.084
Total custo	<u>5.946</u>	<u>8.846</u>	<u>(385)</u>	<u>267.968</u>	<u>282.375</u>
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (*)	-	(3.349)	-	2	(3.347)
Direitos de uso de sistemas informatizados 20	-	(17)	-	-	(17)
Total amortização	<u>-</u>	<u>(3.366)</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>(3.364)</u>
Total intangível	<u>5.946</u>	<u>5.480</u>	<u>(385)</u>	<u>267.970</u>	<u>279.011</u>
Infraestrutura em construção	<u>126.391</u>	<u>220.599</u> (b)	<u>-</u>	<u>(276.957)</u>	<u>70.033</u>

	2019		2020	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Valor de custo				
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	-	710	710	
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	5.236	5.236	
Total custo	<u>-</u>	<u>5.946</u>	<u>5.946</u>	
Total intangível	<u>-</u>	<u>5.946</u>	<u>5.946</u>	
Infraestrutura em construção	<u>-</u>	<u>126.391</u> (b)	<u>126.391</u>	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclassificação entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e o intangível;

(b) Em 2021, refere-se, principalmente, às obras de duplicação da BR-336 Km 324+100 ao Km 344+400. Em 2020, refere-se, principalmente, às obras de trabalhos iniciais, construção das praças de pedágio e postos de atendimento ao usuário.

12. Fornecedores

	2021	2020
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	7.602	39.763
Cauções e retenções contratuais (b)	3.085	3.452
	<u>10.687</u>	<u>43.215</u>
Não circulante		
Cauções e retenções contratuais (b)	1.005	-
	<u>1.005</u>	<u>-</u>

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	2020		2021	
	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Veículos	-	940	(392)	548
	-	940	(392)	548

b. Passivo de arrendamento

	2020		2021			
	Saldo inicial	Adições	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo final
Circulante	-	298	61	(431)	406	334
Não circulante	-	642	-	-	(406)	236
	-	940	61	(431)	-	570

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 818, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	2021
2023	236
	236

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

Capital social

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 991.032, representado por 991.031.991 ações ordinárias.

	2021			2020		
	Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar	Participação acionária	Quantidade de ações	Ações a integralizar
CCR S.A.	100,00%	991.021.991	10.090.528	100,00%	991.021.991	539.374.978
	100,00%	991.021.991	10.090.528	100,00%	991.021.991	539.374.978

Em 25 de fevereiro de 2021, houve a integralização de capital no montante de R\$ 529.284, restando um saldo a integralizar de R\$ 10.091, conforme deliberação da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA) de 03 de março de 2021.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de novembro de 2021, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 10.843, correspondentes a R\$ 0,01094080986 por ação, à conta de parte dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2021, pagos em 29 de novembro de 2021.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	60.039
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(1.180)
(-) Constituição de reserva legal	<u>(2.943)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>55.916</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>13.979</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos no exercício (líquido de IRRF)	24.400
Total de dividendos mínimos intermediários pagos no exercício	<u>10.843</u>
Total	<u>35.243</u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 26 de novembro de 2021, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 17.588, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 14.850, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 2.638, pagos em 29 de novembro de 2021.

Em 16 de dezembro de 2021, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 11.118, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 9.450, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.668, pagos em 23 de dezembro de 2021.

f. Lucro básico e diluído

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	60.039	(1.180)
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>899.736.177</u>	<u>261.519.617</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído	0,066730	(0,004512)

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de pedágio	109.884	-
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	217.338	118.202
Receitas acessórias	2	-
Receita bruta	<u>327.224</u>	<u>118.202</u>
Impostos sobre receitas	(9.446)	-
Abatimentos	(171)	-
Deduções das receitas brutas	<u>(9.617)</u>	<u>-</u>
Receita operacional líquida	<u><u>317.607</u></u>	<u><u>118.202</u></u>

16. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(61)	-
Taxas e outras despesas financeiras	(149)	(6)
	<u>(210)</u>	<u>(6)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	29.632	4.628
Juros e outras receitas financeiras	3	-
	<u>29.635</u>	<u>4.628</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>29.425</u></u>	<u><u>4.622</u></u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.686	-	-	94	-	-
Aplicações financeiras	619.386	-	-	346.445	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	13	-	-	260	-
Contas a receber	-	9.399	-	-	-	-
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	12.367	-	-	(43.215)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.346)	-	-	(1.053)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(464)	-	-	(436)
Passivo de arrendamento	-	-	(570)	-	-	-
	621.072	9.412	9.987	346.539	260	(44.704)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: Fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	2021	2020
Nível 2		
Aplicações financeiras	619.386	346.445

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (CDB) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	615.202	8.802	6.660	4.481
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	4.184	377	283	188
Total do efeito de ganho ou (perda)			9.179	6.943	4.669

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	9,15%	6,86%	4,58%
--------------------	-------	-------	-------

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
- (3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI)

18. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao poder concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.896.622. (R\$ 1.218.126 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

19. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	-	(4.123)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>-</u>	<u>(4.123)</u>
Adições ao ativo imobilizado	-	515
Adições ao ativo intangível	-	3.608
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>-</u>	<u>4.123</u>

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Capital social</u>	<u>Arrendamento Mercantil</u>	<u>Dividendos e JCP a pagar</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(451.657)	-	-	(451.657)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Integralização de capital	(529.284)	-	-	(529.284)
Pagamentos de principal e juros	-	431	-	431
Dividendos e JCP pagos	-	-	39.549	39.549
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>(529.284)</u>	<u>431</u>	<u>39.549</u>	<u>(489.304)</u>
Outras variações				
Reversão de ajuste a valor presente	-	(61)	-	(61)
Outras variações que afetam o caixa	-	(940)	(39.549)	(940)
Total das outras variações	<u>-</u>	<u>(1.001)</u>	<u>(39.549)</u>	<u>(1.001)</u>
Saldo Final	<u>(980.941)</u>	<u>(570)</u>	<u>-</u>	<u>(981.511)</u>

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"SC

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A
Rua Silvio Búrigo, 555 – Bairro Oficinas
88702-500 – Tubarão – SC
Tel: 55 (51) 3303-9100



CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

CNPJ/MF nº 36.763.716/0001-98

NIRE 42300050831

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da IN CVM 480, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2022, no valor de R\$170.565.000,00 (cento e setenta milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2022.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$170.565.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2022	R\$170.565.000,00
---	-------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2021	R\$16.367.877,37
--	------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$154.197.122,63
--	-------------------

Tubarão, 28 de março de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 28/03/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento Cartas
Referência VC_ORÇAMENTO DE CAPITAL 2022
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 28/03/2022
Validade 28/03/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento A60AEED6A788B50D205DAD3F13F941FAC46CCB25BC9914920B35A522D761D59F

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte)	Aprovador		
Relacionamento	02.846.056/0001-97 - CCR S.A		
Representante	CPF		
Fernanda Fonseca Reginato Borges	218.085.078-60		
Ação:	Aprovado em 28/03/2022 17:49:33	IP:	10.72.90.21
Info. Navegador:			

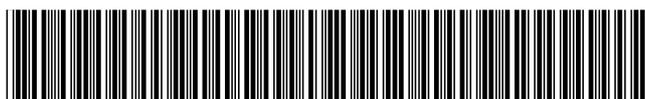
Papel (parte)	Representante Cartas/Defesas/Recursos/FR		
Relacionamento	36.763.716/0001-98 - VIA COSTEIRA		
Representante	CPF		
EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO	148.195.698-13		
Ação:	Assinado em 28/03/2022 18:21:18 com o certificado ICP-Brasil Serial - 2158249AAF08B8CD	IP:	10.72.91.43
Info. Navegador:			



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **W2RSD-J6ZYK-UB3II-Q88IB**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Concessionária Catarinense de Rodovias S.A
Rua Silvio Búrigo, 555 – Bairro Oficinas
88702-500 – Tubarão – SC
Tel: 55 (51) 3303-9100



CCR ViaCosteira

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Tubarão/SC, 28 de março de 2022.

FAUSTO CAMIOTTI

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

Diretor

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 28/03/2022

Dados do Documento

Tipo de Documento Declaração da Diretoria
Referência VC_DECLARAÇÃO DIRETORIA_DFS2021
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 28/03/2022
Validade 28/03/2022 até Indeterminado
Hash Code do Documento E3AFC9E97B25C74BA410569C82F6AADA8D6FB23F3B72B93D5B4DD8480410411A

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte)	Aprovador		
Relacionamento	02.846.056/0001-97 - CCR S.A		
Representante		CPF	
Fernanda Fonseca Reginato Borges			218.085.078-60
Ação:	Aprovado em 28/03/2022 17:50:15	IP:	10.72.90.21
Info. Navegador:			

Papel (parte)	Diretor		
Relacionamento	36.763.716/0001-98 - VIA COSTEIRA		
Representante		CPF	
EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO			148.195.698-13
Ação:	Assinado em 28/03/2022 18:21:25 com o certificado ICP-Brasil Serial - 2158249AAF08B8CD	IP:	10.72.91.43
Info. Navegador:			

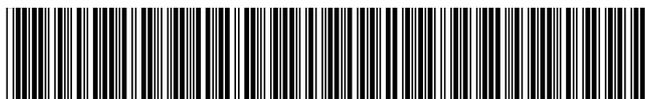
Papel (parte)	Diretor Presidente		
Relacionamento	36.763.716/0001-98 - VIA COSTEIRA		
Representante		CPF	
FAUSTO CAMIOTTI			298.542.608-10
Ação:	Assinado em 28/03/2022 18:59:23 com o certificado ICP-Brasil Serial - 0565CBEDA91A461F	IP:	10.102.209.79
Info. Navegador:			



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **MK4RZ-QTZXA-DLYOX-UXK7X**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código MK4RZ-QTZXA-DLYOX-UXK7X